

TERMO DE REFERÊNCIA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO****1.1. Da definição do objeto**

1.1.1. O presente termo de referência tem como objeto estabelecer os requisitos mínimos a serem atendidos no Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que objetiva a contratação de empresa especializada em **Contratação de serviços de manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda na Rede de Gases Medicinais, tubulações de ar medicinal, oxigênio e de vácuo clínico, postos de consumo, centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico medicinal, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando a assistência técnica, fornecimento de toda mão de obra, com reposição de peças, do ponto de abastecimento até o ponto de utilização, por um período de 12 (doze) meses**, a fim de atender às necessidades das unidades ambulatoriais, de emergência e hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), conforme especificações e estimativas dos quantitativos constantes no ANEXO I deste Termo de Referência (TR).

1.1.2. O Termo de Referência fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar, que é um documento preparatório da etapa de planejamento da contratação, sendo que na ocorrência de alguma divergência entre ambos, prevalecerá o disposto neste Termo de Referência.

1.2. Da classificação do objeto

1.2.1. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo bem/serviço de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 065, de 29 de agosto de 2023;

1.2.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de *bens e serviços comuns*, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Da Divisão por Cotas Prevista na Lei Complementar nº 123/2006

1.3.1. A presente licitação estabelecerá critério de cotas nos termos do art. 4º da Lei 14.133/21 e ditames da Lei Complementar 123/2006, que será realizada:

1.3.2. AMPLA CONCORRÊNCIA, do Descritivo de Itens em anexo I a este documento, podendo participar todos os interessados que atendam aos requisitos do Termo de Referência;

1.3.2.1. Da justificativa da não aplicação da *Reserva de Cotas*: como não haverá fracionamento do objeto por meio de parcelamento, o certame se dará mediante empreitada global, considerando a inviabilidade técnica de fracionamento, e nesse contexto, não se aplicará reserva de cotas. Considerando que o tratamento diferenciado para ME/EPP representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Dessa forma, para este certame invoca-se o disposto no art. 49 da LC 123/2006, ao que elenca em seus termos:

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado"

1.3.2.2. Por tudo referido, a divisão do objeto em cotas para a execução dos serviços em tela é tecnicamente inviável pelos seguintes fundamentos: i) Unicidade da Execução e Responsabilidade; ii) Dificuldade de Aferição de Desempenho; iii) Conflito de Comando e Gestão Contratual.

1.3.3. A administração pública, no exercício de sua discricionariedade, poderá definir os termos de aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, considerando as peculiaridades de cada licitação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada a seguir:

2.1 Contratação de empresa especializada em Serviço de manutenção preventiva periódica mensal e corretiva sob demanda na Redes de Gases Medicinais, pontos de consumo, centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando a assistência técnica, fornecimento de toda mão de obra, reposição de peças, do ponto de abastecimento até o ponto de utilização. O serviço deve manter o funcionamento ininterrupto do fornecimento da rede de gases, de forma a garantir a segurança de abastecimento das unidades de saúde do município de Caruaru/PE.

2.2 Considerando a necessidade de garantir a segurança assistencial e a continuidade dos serviços nas unidades de saúde do município de Caruaru, justifica-se a abertura de processo para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva das redes de gases medicinais, centrais manifold, sistemas de ar medicinal e vácuo clínico.

2.3 O município conta atualmente como 05 unidades de atendimento 24 horas e, que demandam infraestrutura técnica adequada para o funcionamento ininterrupto dos serviços de saúde. Dentre essas, destacam-se o Hospital Municipal Dr. Manoel Afonso, a Maternidade Municipal Santa Dulce dos Pobres, e as UPAs Rendeiras, Boa Vista e Salgado, que juntas realizam, em média, 28 mil atendimentos mensais, muitos deles em caráter de urgência e emergência.

2.4 A manutenção regular das redes de gases medicinais é imprescindível para o pleno funcionamento de equipamentos vitais e para a segurança de pacientes e profissionais, atendendo às normas técnicas da ABNT NBR 12188/2012 e às exigências da ANVISA. A ausência de manutenção preventiva pode gerar falhas graves no fornecimento de ar comprimido e vácuo clínico, comprometendo a assistência e colocando em risco a vida dos usuários.

2.5 Dessa forma, a contratação proposta visa garantir o pleno funcionamento dos sistemas de gases medicinais, minimizando riscos operacionais, evitando interrupções nos atendimentos e assegurando conformidade com as normas sanitárias e de segurança hospitalar, constituindo-se em ação essencial para a continuidade e qualidade dos serviços de saúde do município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS)

3.1 Buscou-se utilizar a centralização de contratação de serviços que revele-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade de processo e redução de tempo.

3.2 A contratação mostra-se viável e a solução que melhor atende aos interesses da administração pública, é a **Contratação de serviços de manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda na Rede de Gases Medicinais, tubulações de ar medicinal, oxigênio e de vácuo clínico, postos de consumo, centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico medicinal, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando a assistência técnica, fornecimento de toda mão de obra, com reposição de peças, do ponto de abastecimento até o ponto de utilização, por um período de 12 (doze) meses**, por meio da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** nos ditames do art. 6º, XLI da lei 14.133/2021, regulamentado pelo art.4º do Decreto Municipal nº 034, de 14 de março de 2024, nos termos:

Art. 4º O pregão, com critério de julgamento menor preço ou maior desconto, deve ser adotado para aquisição de bens e serviços comuns, sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3 A rede municipal de saúde dispõe de unidades hospitalares e de urgência e emergência que possuem infraestrutura composta por redes canalizadas de gases medicinais, centrais de abastecimento tipo *manifold*, compressores de ar medicinal, sistemas de vácuo clínico, válvulas de bloqueio, reguladores de pressão, painéis de alarme e pontos de consumo distribuídos em leitos hospitalares, salas de atendimento, centros cirúrgicos e demais ambientes assistenciais. Esses sistemas são responsáveis por transportar, de forma controlada e segura, gases medicinais indispensáveis ao atendimento hospitalar, como oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e vácuo clínico, garantindo

suporte essencial para procedimentos clínicos, terapias respiratórias, anestesia, aspiração hospitalar e demais práticas assistenciais que dependem diretamente do funcionamento regular dessas redes.

3.4 Considerando a natureza crítica dessa infraestrutura, a solução proposta prevê a contratação de empresa com capacidade técnica, operacional e profissional especializada, apta a realizar as atividades de manutenção necessárias para preservar a integridade e o desempenho dos sistemas instalados nas unidades de saúde municipais. A execução dos serviços deverá abranger, de forma integrada, as atividades de manutenção preventiva e corretiva, contemplando inspeções periódicas, testes operacionais, ajustes, regulagens, identificação de falhas e intervenções técnicas necessárias para restabelecer ou manter o pleno funcionamento dos sistemas de gases medicinais.

3.5 A manutenção preventiva tem por objetivo promover a verificação sistemática dos componentes que integram a rede de gases medicinais, permitindo a identificação antecipada de desgastes, vazamentos ou irregularidades que possam comprometer o desempenho do sistema. Já a manutenção corretiva será realizada sempre que houver ocorrência de falhas, defeitos ou anormalidades que exijam intervenção técnica imediata para restabelecimento das condições adequadas de funcionamento.

3.6 A solução contempla ainda o fornecimento e substituição de peças, acessórios e componentes quando constatada a necessidade técnica durante a execução dos serviços de manutenção. Essa previsão visa conferir maior agilidade às intervenções corretivas, evitando paralisações prolongadas do sistema e assegurando a continuidade das atividades assistenciais nas unidades de saúde.

3.7 A empresa contratada deverá dispor de profissionais qualificados, equipamentos técnicos apropriados e conhecimento especializado em sistemas hospitalares de gases medicinais, garantindo que os serviços sejam executados de acordo com padrões técnicos e operacionais compatíveis com a complexidade dessa infraestrutura.

3.8 A adoção dessa solução permitirá à Administração Municipal manter um acompanhamento técnico contínuo das condições operacionais da rede de gases medicinais, assegurando a realização periódica de inspeções, a correção tempestiva de falhas e a manutenção da confiabilidade do sistema, viabilizando a manutenção permanente da infraestrutura de gases medicinais das unidades de saúde do Município de Caruaru, contribuindo para a segurança dos pacientes, a continuidade dos serviços de saúde e a preservação das condições adequadas de funcionamento dos ambientes assistenciais, aspectos indispensáveis para a prestação eficiente dos serviços públicos de saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1 Será recomendado ao CONTRATADO, conforme previsão neste instrumento, que o mesmo deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, mediante orientações do art. 6º da IN/SLTI/MPOG nº01/2010 (Compras Sustentáveis).

4.1.2 Nos termos da referida Instrução Normativa, a presente contratação foi analisada sob a ótica dos seus possíveis impactos ambientais, bem como das medidas mitigadoras a serem adotadas. A execução dos serviços de manutenção das redes de gases medicinais, embora essencial à continuidade dos serviços de saúde, pode gerar impactos ambientais diretos e indiretos, especialmente relacionados ao manejo de resíduos, consumo de insumos e intervenções técnicas nos sistemas.

I. **Identificação dos Possíveis Impactos Ambientais** - A prestação dos serviços poderá acarretar os seguintes impactos ambientais:

- Geração de resíduos sólidos** provenientes da substituição de peças e componentes, tais como filtros, mangueiras, conexões, válvulas, manômetros e demais itens descartados;
- Descarte de materiais potencialmente contaminados**, especialmente filtros utilizados em sistemas de ar comprimido e vácuo clínico;
- Risco de vazamentos de gases medicinais**, que, além de comprometerem a segurança operacional, podem causar impactos ambientais e desperdício de recursos;
- Consumo de energia elétrica** associado à operação dos sistemas de geração de ar comprimido e vácuo;

- e) **Utilização de insumos e materiais técnicos**, cuja destinação inadequada pode causar danos ao meio ambiente;
- f) **Emissão indireta de poluentes**, decorrente do deslocamento de equipes técnicas para execução dos serviços.

II. Medidas Mitigadoras e Diretrizes de Sustentabilidade - Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais identificados, a contratação deverá observar as seguintes diretrizes:

- a) **Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados**, em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- b) Implementação de práticas de **redução, reutilização e reciclagem de materiais**, sempre que tecnicamente viável;
- c) Adoção de procedimentos que **evitem desperdícios**, especialmente no que se refere ao uso de gases medicinais e substituição desnecessária de componentes;
- d) Realização de **manutenção preventiva periódica**, com o objetivo de reduzir a ocorrência de falhas, vazamentos e intervenções emergenciais;
- e) Utilização de **peças e componentes com maior durabilidade e eficiência**, contribuindo para a redução de resíduos;
- f) Garantia de que os materiais substituídos, especialmente filtros e componentes contaminados, tenham **destinação final ambientalmente adequada**, por meio de empresas licenciadas;
- g) Otimização da logística de atendimento, visando **reduzir deslocamentos e emissões associadas**; Observância das normas ambientais aplicáveis e adoção de boas práticas de engenharia e manutenção.

4.2. Vistoria

4.2.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço a ser contratado, sendo assegurado - tal como previsto no Art.63, §2º ao §4º, da Lei 14.133/2021 - ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 14:00 horas;

4.2.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

4.2.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.2.4. A visita terá por finalidade inspecionar o local e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada no pregão eletrônico;

4.2.5. A vistoria poderá ser realizada no 3º ou 4º dia útil seguinte à Publicação do Edital, no horário de 08h00min as 14h00min, devendo, ser agendada junto a Gerência de Engenharia Clínica da Secretaria de Saúde de Caruaru. O agendamento poderá ser feito através do e-mail: engenhariaclinica@saudecaruaru.pe.gov.br ;

4.2.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes;

4.2.7. A visita técnica não será obrigatória para fins de habilitação, não podendo, porém, a LICITANTE alegar desconhecimento do local ou condições do local do Objeto deste Procedimento;

4.2.8. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica, a mesma deverá entregar, devidamente assinado pelo responsável técnico da licitante Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme determina o art. 63, § 3º da Lei 14.133/2021.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto. Modo geral deve ser obedecido o disposto nos seguintes normativos:

- I. Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- II. Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 55, IV.
- III. A contratação deverá estar em conformidade com o **DECRETO Nº 058, DE 09 DE MAIO DE 2024**, que Regulamenta a aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito do Poder Executivo Municipal de Caruaru/PE.
- IV. A contratação deverá estar em conformidade com o **DECRETO Nº 083, DE 29 DE JULHO DE 2025**, que *Regulamenta o cumprimento das cotas de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos contratos celebrados pela Administração Pública Municipal de Caruaru.*
- V. Lei 10.406/2002 – Código Civil.

4.4. Requisitos Específicos

- I. O interessado em celebrar o contrato deverá comprovar a sua experiência em **fornecimento e instalação da Rede de Oxigênio, Ar comprimido medicinal e vácuo medicinal, com fornecimento dos materiais e mão de obra**, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica ou outros documentos idôneos;
- II. A disponibilidade dos equipamentos não poderá ser inferior a 95%;
- III. Atendimento integral às **normas técnicas e sanitárias aplicáveis**, com destaque para: Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Norma ABNT NBR 12188/2012 (identificação de tubulações e fluxo de gases); e, Normas de segurança do trabalho e engenharia aplicáveis ao ambiente hospitalar.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

5.1. Não será admitida a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

5.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

5.2.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

5.2.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

5.2.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Das Condições de Execução

6.1.1. Início da execução do objeto: Em até **15 (quinze) dias úteis** após a assinatura do contrato e o envio da Autorização de Serviço, a contratada deverá prestar os serviços nos termos constante neste termo de Referência, acompanhadas da nota fiscal.

6.1.2. Caso não seja possível executar o objeto na data assinalada, a PRESTADORA CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2. Locais de execução dos serviços:

Unidade de Saúde	Endereço
UPA- SALGADO (localizada no Complexo Municipal de Saúde do Salgado Dr. Antônio Vieira),	Rua Rodopiano Florêncio, s/n, no bairro Salgado, Caruaru - PE, CEP: 55019-125
UPA- RENDEIRAS Dr. José Barreto	R. Maj. João Coelho, 165 - Rendeiras, Caruaru - PE, 55022-220
UPA-BOA VISTA Dr. Amorim	Av. Caruaru, 943 - Nova Caruaru, Caruaru - PE, 55038-270
MATERNIDADE MUNICIPAL SANTA DULCE DOS POBRES	R. Luar do Sertão, 288 - Luiz Gonzaga, Caruaru - PE, 55020-520
HOSPITAL MUNICIPAL Dr. MANOEL AFONSO	R. Quitéria Francisca da Silva, 494 - Maria Auxiliadora, Caruaru - PE, 55038-215

6.3. Da Prestação dos Serviços

6.3.1. Os serviços serão executados mensalmente com visitas ou de acordo com a necessidade, em casos emergenciais no prazo máximo de 12h;

6.3.2. A contratada deverá prever o fornecimento de todo material e mão de obra necessária à execução dos serviços, para o pleno funcionamento do equipamento;

6.3.3 As correções das falhas e/ou defeitos que, por sua natureza técnica, não possam ser efetuados dentro do prazo acima estipulado, terão novo prazo limite fixado pela CONTRATANTE, mediante justificativa expressa da CONTRATADA, para sua efetiva realização.

6.3.4 Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados com base nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) vigentes aplicáveis e manual do fabricante.

6.3.5 A empresa Contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva da rede de gases medicinais desde os sistemas de abastecimento até o ponto de utilização dos gases, próximo ao paciente, mantendo equipe treinada e peças de reposição em prontidão para quaisquer eventualidades, atendendo às necessidades de maneira rápida e eficaz com exclusivo sistema de apoio à manutenção.

6.3.6. Entende-se por manutenção preventiva, a assistência técnica realizada periodicamente, agendada em período combinado com a CONTRATANTE, em que o técnico observa individualmente todos os equipamentos, procedendo à limpeza, a verificação mecânica, eletrônica e checagem geral, incluindo-se a substituição de peças e acessórios gastos ou que possam comprometer o funcionamento normal dos equipamentos;

6.3.7 A manutenção PREVENTIVA mensal, contempla os serviços efetuados para manter a rede de gases funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, vistoria visual, visita técnica, eliminação de vazamentos, substituição de peças que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com o objetivo de atualização da rede e acessórios, limpeza, pintura, regulagem, inspeção, calibração e testes (caso sejam necessários), entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos.

6.3.8. Manutenção Preventiva - Detalhamento

Deverão ser realizados no mínimo os seguintes procedimentos de manutenção preventiva mensal:

- I. Revisão de segurança elétrica e mecânica;
- II. Comprovação dos dados básicos;
- III. Revisão funcional;
- IV. Modificações Técnicas e de segurança recomendadas pelo fabricante;(caso necessário)
- V. Fornecimento de material para manutenção preventiva como lubrificantes (óleos e graxas);
- VI. Lubrificação dos componentes mecânicos;
- VII. Limpezas e revisão da qualidade, incluindo calibração do equipamento e demais partes que se fizerem necessárias;
- VIII. Executar o teste de verificação funcional, previsto em manual do fabricante;

- IX. Executar as manutenções preventivas de rotina, previsto no manual do fabricante;
- X. Verificar e ajustar os sensores;
- XI. Verificar e substituir todos os componentes/peças/membrana que estiverem desgastados;
- XII. Verificar alarmes;
- XIII. Todas as manutenções preventivas devem seguir as orientações e procedimentos contidos no Manual do Fabricante;
- XIV. Em cada manutenção, a CONTRATADA deverá emitir e entregar um relatório (check list em formato digital ou físico) assinado e com identificação de seu emissor, identificação do equipamento, as não conformidades encontradas, os procedimentos realizados, a data de realização e assinatura do colaborador da unidade responsável por acompanhar o serviço e enviar para o email da engenharia clínica (engenhariaclinica@saudecaruaru.pe.gov.br) ;
- XV. Todos os serviços deverão ocorrer sob a supervisão da Contratante que determinará a presença de profissionais para conferir os serviços executados;
- XVI. As peças de reposição deverão ser novas, originais e estar de acordo com as orientações do fabricante;
- XVII. Poderá ser realizado testes de estanqueidade nas tubulações para verificações de vazamentos.

6.3.9. Manutenção Corretiva - Detalhamento

- I. O número de chamados para manutenção corretiva deve ser ilimitado;
- II. O chamado e/ou atendimento deverá ser realizado em dias úteis. Em caso de feriados ou dias santificados, deverá ser combinado previamente o horário a combinar com a unidade de saúde, em casos emergenciais no prazo máximo de 12h;
- III. Sempre que constatado algum defeito, seja durante a preventiva ou quando aberto um chamado por parte da CONTRATANTE, havendo a necessidade ou não de substituição de alguma peça ou componente, a manutenção será caracterizada como corretiva;
- IV. Todas as manutenções corretivas devem seguir rigorosamente às orientações e procedimentos contidos no Manual Técnico do Fabricante que deverá ser entregue à CONTRATANTE, no ato da contratação para que sejam realizadas as devidas conferências dos serviços executados;
- V. As manutenções incluem a reposição de toda e qualquer tipo de peça(s) ou acessório(s) necessários para o pleno funcionamento do equipamento somado com a mão de obra da manutenção corretiva.;
- VI. As peças de reposição deverão ser novas, originais e estar de acordo com as orientações do fabricante para cada equipamento;
- VII. Em caso de reposição, as peças poderão ter garantia de 12 meses , a contar da emissão da respectiva Nota Fiscal de Faturamento, sem ônus para a CONTRATANTE, caso seja necessária nova reposição dentro desse período;
- VIII. Todas as peças substituídas deverão ser identificadas visualmente e descritas em relatório e ordem de serviço pela empresa CONTRATADA, esse relatório deve ser entregue juntamente com a nota fiscal e demais documentos de regularidade fiscal da contratada para verificação e posterior processo de pagamento.

6.3.10. Descrição dos Serviços por Setores/Categorias

I.CENTRAIS DE CILINDROS DE GASES MEDICINAIS

Serviços:

- ✓ Retirada de vazamentos das centrais gasosas;
- ✓ Verificação de vazamentos nos ramais e flexíveis e necessidades de substituição;
- ✓ Substituição de diafragmas das centrais;
- ✓ Regulagem dos manômetros;
- ✓ Aferição e inspeção dos manômetros;
- ✓ Substituição de flexíveis, terminais curvos e ramais quando os mesmos estiverem vencidos ou danificados;
- ✓ Treinamento - preferencialmente presencial - de equipe de manutenção da unidade para correta substituição e armazenamento de cilindros.

II.Composição de central (peças de substituição)

- ✓ Flexíveis – trocados anualmente ou quando danificado;
- ✓ Terminais curvos – trocados quando danificados por má utilização;
- ✓ Ramais – trocados quando danificados
- ✓ Manômetros de alta pressão e baixa pressão – trocados quando estão descalibrados, travados ou oxidados;
- ✓ Diafragmas – trocados quando os reguladores apresentam passagem direta.

III. REDE DE TUBULAÇÃO

Serviços:

- ✓ Inspeção de vazamentos de acordo com cronograma desenvolvido;
- ✓ Pintura tubulações quando necessário.
- ✓ Afixação de Tubulações quando necessário;
- ✓ Pintura e identificação de fluxo conforme ABNT 12188;
- ✓ Elaboração de relatório mensal;
- ✓ Testes de estanqueidade periódicos (com agendamento) setorizado;

IV. POSTOS DE CONSUMO

Serviços:

- ✓ Verificação de vazamentos;
- ✓ Substituição de reparo interno em caso de passagem direta (molas de acionamento, oring's e reparos internos).
- ✓ Reposição de canoplas e adesivos de identificação;
- ✓ Manutenção em réguas de gases medicinais com substituição de mangueiras, molas de acionamento, oring's e reparos internos;

V. SISTEMA DE ALARME

- ✓ Teste do sistema de alarmes;
- ✓ Verificação de adesivos e do seu correto funcionamento;
- ✓ Treinamento de equipe - preferencialmente de modo presencial - sobre o correto uso deste equipamento;
- ✓ Substituição quando necessário.

VI. TREINAMENTO E ORIENTAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DAS REDES E EQUIPAMENTOS DE GASOTERAPIA

- ✓ Treinar e orientar equipes de enfermagem e manutenção sobre uso e manuseio correto dos equipamentos de gasoterapia e substituição de cilindros de gases. O treinamento deverá ocorrer preferencialmente de modo presencial.

VII. SISTEMA DE GERAÇÃO DE AR COMPRIMIDO

- ✓ O sistema de geração de ar medicinal deve ser assistido mensalmente com acompanhamento de funcionamento / H de cada máquina. Os seus filtros coalescente, carvão ativado e seu sistema de absorção devem ser substituídos de acordo com manual do fabricante e colocadas peças compatíveis com o sistema em questão.

VIII. SISTEMA DE GERAÇÃO DE VÁCUO CLÍNICO

- ✓ O sistema de geração de vácuo deve ser assistido mensalmente com acompanhamento de funcionamento / H de cada máquina. Os seus filtros bacteriológicos, carvão ativado e seu sistema de absorção devem ser substituídos de acordo com um manual do fabricante e colocadas peças compatíveis com o sistema em questão.

IX. OBSERVAÇÕES GERAIS:

- i. Os serviços de preventivas serão executados mensalmente ou de acordo com a necessidade em casos emergenciais os atendimentos devem ocorrer no prazo máximo de 12h;
- ii. deverá prever o fornecimento de todo material e mão de obra necessária à execução dos serviços, para o pleno funcionamento do equipamento;
- iii. As correções das falhas e/ou defeitos que, por sua natureza técnica, não possam ser efetuados dentro do prazo acima estipulado, terão novo prazo limite fixado pela contratante, mediante justificativa expressa da contratada, para sua efetiva realização.

iv. A empresa será responsável pela manutenção preventiva e corretiva da rede de gases medicinais desde os sistemas de abastecimento até o ponto de utilização dos gases, próximo ao paciente, mantendo equipe treinada e peças de reposição em prontidão para quaisquer eventualidades, atendendo às necessidades de maneira rápida e eficaz com exclusivo sistema de apoio à manutenção.

v. Entende-se por manutenção preventiva, a assistência técnica realizada mensalmente, agendada em período combinado com a empresa, em que o técnico observa individualmente todos os equipamentos, procedendo à limpeza, a verificação mecânica, eletrônica e checagem geral, incluindo-se a substituição de peças e acessórios gastos ou que possam comprometer o funcionamento normal dos equipamentos;

vi. A manutenção preventiva contempla os serviços efetuados para manter a rede de gases funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, vistoria visual, visita técnica, eliminação de vazamentos, substituição de peças que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com o objetivo de atualização da rede e acessórios, limpeza, pin a, regulagem, inspeção, calibração e testes (caso sejam necessários), entre outras ações que garantam a operacionalização dos equipamentos.

6.5. Das Condições de Entrega do Serviço:

6.5.1. O objeto desta licitação será recebido conforme a SEGUIR:

- I. PROVISORIAMENTE - Os serviços da manutenção preventiva serão recebidos mensalmente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante entrega do Relatório técnico mensal específico, informando as principais ações realizadas para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico, proposta e no contrato.
- II. DEFINITIVAMENTE – Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “**ATESTO**” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

6.5.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.6. Da Substituição do Objeto

6.6.1. A PRESTADORA CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de serviço ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria Municipal de Saúde. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

- a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratosmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;
- b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.6.2. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

6.7. Da documentação necessária na entrega do objeto

6.7.1. A PRESTADORA CONTRATADA deverá apresentar Nota(s) Fiscal(is) que, além das informações exigidas pela legislação vigente, deve(m) incluir, especificamente no campo de descrição, os detalhes referentes à ordem do serviço prestado.

6.8. Da Garantia do Serviço

6.8.1. A empresa contratada deverá prestar garantia dos serviços, por um período mínimo de 03(três) meses, e 12 (doze) meses para peças, a contar da emissão da respectiva Nota Fiscal de Faturamento;

6.8.2 Durante a vigência da garantia, a contratada deverá corrigir erros, defeitos ou vícios identificados pela fiscalização do contrato que impossibilitem o bom funcionamento dos equipamentos;

6.8.3 O fiscal do contrato poderá acionar a garantia a qualquer momento durante o seu prazo de vigência.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1. O prestador de serviço será selecionado através de *PREGÃO ELETRÔNICO* nos ditames do art. 6º, XLI da lei 14.133/2021, devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 034, de 14 de março de 2024, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** - Em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024.

7.2. Modo de Disputa

7.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, tendo em vista que "*Envolve a apresentação de lances públicos e sucessivos*", conforme art. 56, I da lei 14.133/21.

7.3. Regime de execução

7.3.1. O regime de execução do contrato será por **Empreitada Global**.

7.4. Forma de Execução

7.4.1. O objeto da contratação compreende a manutenção preventiva e corretiva das redes de gases medicinais, envolvendo sistemas interligados e de funcionamento contínuo, tais como centrais de abastecimento, redes canalizadas, pontos de consumo, sistemas de geração de ar comprimido e vácuo clínico. Deste modo, o parcelamento não se aplica ao presente objeto, tendo em vista que se trata de serviço pontual, a ser realizado em período determinado. Por se tratar desta modalidade, o custo total resulta em valor que se torna mais atrativo aos prestadores se pago de forma global.

7.4.2. Por sua vez, para a administração, há perspectiva de angariar preços mais razoáveis no mercado, quando se pleiteia por serviços prestados em empreitada global.

7.5. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. O interessado em celebrar o contrato deverá comprovar a sua experiência em **fornecimento e instalação da Rede de Oxigênio, Ar comprimido medicinal e vácuo medicinal, com fornecimento dos materiais e mão de obra**, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica ou outros documentos idôneos;

- II. Comprovação de capacidade técnica-operacional da licitante, a ser feita através da **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** emitido pelo CREA, em que figure o nome da licitante na condição de contratada referente à prestação de serviço com características semelhantes e quantidade mínima limitada a 10% (dez por cento) do objeto a ser contratado;
- III. Certidão de **registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em nome da licitante**, válida na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com o objeto.
- IV. A empresa deverá apresentar **Licença Sanitária vigente** emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;
- V. Apresentar **descrição detalhada do objeto ofertado** para o presente certame. Em relação a descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência/edital, ficando a contratada sujeita a desclassificação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR CONTRATADO

- 8.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;
- 8.2. Efetuar manutenção preventiva, mensalmente com visitas quinzenais ou de acordo com a necessidade em casos emergenciais no prazo máximo de 12h;
- 8.3. Fornecer os insumos necessários à manutenção, usando exclusivamente peças, componentes e demais acessórios novos e preferencialmente originais;
- 8.4. Apresentar Orçamento Discriminativo de quantidade e preço das peças necessárias a manutenção de qualquer equipamento com o referido tombamento, que será analisado e autorizado pela Comissão de Fiscalização de Contratos;
- 8.5. Apresentar junto com a Nota Fiscal e/ou Fatura comprovante de execução do serviço e substituição de peças, devidamente atestadas pelo Fiscal de Contrato;
- 8.6. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos e a outros bens de propriedade da Contratante, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos durante a execução dos serviços devendo ressarcir a CONTRATANTE dos danos causados a ela por seus empregados;
- 8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o equipamento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados inadequadamente;
- 8.8. Fornecer todo o material e equipamento necessário à perfeita execução dos serviços contratados, sendo que o material a ser empregado deverá ser de boa qualidade, recomendado pelo fabricante;
- 8.9. Fornecer à Contratante, com a Nota Fiscal e/ou Fatura, relatórios de assistência técnica (RAT), contendo o registro de todo o trabalho efetuado e das peças porventura fornecidas;
- 8.10. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência das peças destinadas à substituição;
- 8.11. Permitir, ao FISCAL DO CONTRATO, acompanhar os serviços que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade; prestar todos os esclarecimentos solicitados, atendendo às reclamações formuladas, podendo o mesmo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço ou fornecimento de material que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros;
- 8.12. A Contratada deverá realizar os serviços objeto deste instrumento de acordo com as especificações e /ou rotinas de manutenção preconizadas nos manuais de operação e de serviços do fabricante dos equipamentos, conforme solicitação da Contratante.

8.13. Efetuar a aferição e calibração de equipamentos como válvulas de segurança e alívio, indicadores de nível, manômetros e reguladores.

8.14. Dispor de pessoal técnico qualificado para os serviços de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de propriedade da CONTRATANTE, e eventuais equipamentos/ materiais suplementares aos sistemas, devendo os mesmos estar devidamente uniformizados e identificados por crachá;

8.15. O fornecimento de materiais, instalações e testes dos sistemas deverão obedecer às normas, códigos e recomendações das entidades a seguir relacionadas:

- i. Ministério da Saúde: Agência Nacional de Vigilância Sanitária fevereiro de 2002;
- ii. NBR-12188/12 Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviço de saúde.

8.16. Assegurar que as intervenções técnicas sejam executadas por técnicos especializados, instruídos e controlados pela empresa CONTRATADA e as grandes intervenções com a presença do respectivo responsável técnico;

8.17. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho do sistema de gases, bem como durante a realização dos serviços de manutenção de equipamentos;

8.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de sua mão segurança determinadas pela CONTRATANTE, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI que garantam a proteção da pele, mucosas, via respiratória e digestiva do trabalhador,

8.19. Realizar teste de estanqueidade em todas as tubulações;

8.20. Cumprir prazo de execução contratado;

8.21. Manter local limpo e organizado;

8.22. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução do Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

8.23. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

8.24. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

8.25. Assegurar que a prestação dos serviços contratados ocorra de forma contínua, eficiente e em estrita observância às condições técnicas exigidas neste Termo de Referência, garantindo o perfeito funcionamento dos equipamentos e pronta resposta às demandas da Administração;

8.26. Disponibilizar canais de atendimento técnico e suporte, inclusive aos finais de semana e feriados, para suporte remoto, substituição de equipamentos e atendimento a eventuais falhas operacionais, assegurando a continuidade dos serviços de saúde;

8.27. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.28. Realizar, às suas expensas e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, as correções necessárias ou adotar providências imediatas, sempre que constatada inadequação, falha técnica ou descumprimento contratual, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde;

8.29. Comunicar a gestão de contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução do contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;

8.30. Não transferir ou ceder, total ou parcialmente, o objeto do contrato a terceiros, salvo mediante autorização formal e prévia da Administração, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

8.31. Apresentar, sempre que exigido, declaração formal de responsabilidade sobre a integridade dos serviços prestados, comprometendo-se a readequar ou substituir equipamentos ou procedimentos que forem considerados inadequados, sem qualquer custo adicional à Administração;

8.32. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas para contratar com a Administração Pública, devendo apresentar, quando solicitado, os documentos comprobatórios atualizados;

8.32.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 083, de 29 de julho de 2025, mantendo a regularidade dessas condições durante toda a vigência do contrato e apresentando à Administração, sempre que solicitado, a documentação comprobatória de seu cumprimento.

8.33. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo Contrato;

8.34. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;

8.34.1. Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência do Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

8.35. Emitir Nota Fiscal de prestação de serviços conforme a legislação tributária vigente, contendo, no mínimo, a descrição dos serviços prestados, período de locação, valor total e demais informações necessárias para conferência e liquidação da despesa.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Acompanhar a execução do objeto deste termo de referência e efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;

9.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela prestadora contratada e que sejam pertinentes ao objeto do presente termo de referência, do edital ou Contrato;

9.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pela prestadora contratada, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

9.4. Notificar por escrito a PRESTADORA CONTRATADA, por qualquer irregularidade relacionada ao Contrato;

9.5. Comunicar por escrito a prestadora contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais.

10. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A gestão e fiscalização do Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:

FISCAL TITULAR	NOME : DIOGO FEITOSA SETÚBAL CARGO/FUNÇÃO: Engenheiro Clínico MATRÍCULA: 56154-4
FISCAL SUPLENTE I	NOME: AMANDA CORDEIRO DE VASCONCELOS CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora Da Rede Hospitalar MATRÍCULA: 56281-8
FISCAL SUPLENTE II	NOME: CAMILA THAIANE SILVA DE FREITAS CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora da Rede de Urgência e Emergência MATRÍCULA: 56197-6
GESTOR TITULAR	NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: Gestora De Contratos E Convênios MATRÍCULA: 56199-8
GESTOR SUPLENTE	NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Análise de Processos MATRÍCULA: 56198-5

10.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo III e no Anexo IV do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14.133 de 2021.

10.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

10.4. Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados, atendendo ao disposto no Decreto nº 75/2023, 18º, XVIII.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O A presente contratação tem como valor estimado o importe total anual de **R\$ 743.980,80** (setecentos e quarenta e três mil, novecentos e oitenta reais e oitenta centavos);

11.2 Os quantitativos estimados para configuração dos valores planilhados, estão devidamente descritos e justificados em sede de ETP.

12. DO PAGAMENTO

Nos termos do DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes diretrizes:

12.1 O pagamento será efetuado a cada fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

12.2 O fornecedor/prestador contratado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

12.3. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor/prestador contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor/prestador contratado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

12.4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

12.5. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

12.5.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

12.6. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

12.7. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

12.8. Para fins de pagamento, o fornecedor/prestador contratado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor contratado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

12.9. Poderá ser emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato nas situações mencionadas no artigo 95, da Lei n.º 14.133/21.

12.10. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo fornecedor, devendo o mesmo entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

13. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

13.1. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência será de 12 (doze) meses considerando o exercício financeiro nos termos do art.105, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, considerando a natureza continuada do objeto, nos termos dos artigos 105, 106 e 107 da Lei n.º 14.133/21, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

13.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o PRESTADOR;

b) demonstração de que o valor registrado na Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse do PRESTADOR na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

13.2. O término do prazo de vigência da contratação não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

14. DA EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

14.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

14.1.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

14.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.2.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

14.3. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- i. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- ii. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- iii. indenizações e multas.

15. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

15.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado na data de 22 de setembro de 2026.

15.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará o FORNECEDOR/PRESTADOR CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, e art. 36 do Decreto Municipal n.º 35 de 14 de março de 2024, mediante provocação da administração e/ou do fornecedor/prestador contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes do contrato ocorrerão pela fonte de recurso do órgão participante do Pregão, conforme indicado a seguir:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferência a saúde
Fonte de recurso	153	Recurso do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda individual união
Fonte de recurso	176	Emenda de bancada união
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.39.00	Outros serviços terceiros pessoa jurídica

18.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da contratação ou da execução contratual:

- I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
- II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
- IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

- I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
- II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
- III - abandonar o certame;
- IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
- V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da contratação ou da execução contratual.

18.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

18.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

18.7. Da Advertência

18.7.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

18.8. Da Multa

18.8.1. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) der causa à inexecução total do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo

estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

- I - ausência de dolo na conduta;
- II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
- III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
- IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

18.8.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

18.9. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

19. DAS CONDIÇÕES GERAIS

19.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente;

19.2. O Fornecedor/Prestador Contratado fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

19.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru-PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

19.4. Fazem parte deste Termo de Referência:

ANEXO I	Descrição do(s) item(ns) e quantidade(s) máxima(s) da contratação.
---------	--

Caruaru (PE), 20 de outubro de 2026.



CARUARU
PREFEITURA

Pollyane Costa Siqueira
Secretária Executiva de Regulação e Atenção Especializada

Leticia Marianne Rodrigues Silva
Gerência Geral de Gestão

ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADE(S) MÁXIMA(S) DA CONTRATAÇÃO.

ITEM	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	22098 (SIMILAR)	Contratação de serviço de manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda nas redes de gases medicinais, tubulações de ar medicinal, oxigênio e de vácuo clínico, postos de consumo, centrais manifold e sistema de geração de ar medicinal e vácuo clínico medicinal, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, contemplando a assistência técnica, fornecimento de toda mão de obra, com reposição de peças, do ponto de abastecimento até o ponto de utilização, por um período de 12 (doze) meses.	MESES	12	R\$ 61.998,40	R\$ 743.980,80
TOTAL GERAL						R\$ 743.980,80

1 - Em conformidade com Decreto Municipal 080, de 05/10/2023, IN Nº 65, de 7/7/2021, Recomendação 003/2022 Ministério Público de Pernambuco (MPPE) Corroborando com o Manual de Pesquisas de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

2 - Os Parâmetros adotados na pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: Painel de Preços, Aquisições e Contratações Similares de outros entes Públicos (Atas) e Pesquisa direta com Fornecedores. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 6º)

3 - A Metodologia utilizada, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 7º)

4 - Como critério final para apuração do preço estimado, optamos por utilizar como preço de referência o Valor da Média de Preço entre as propostas apresentadas, de forma que o processo seja mais vantajoso e eficiente para o Ente Público.

5 - Anexamos documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizadas conforme fontes acima, destacamos que de acordo com orientação do TCE/PE na pesquisa em banco de preços optamos por ampliar a pesquisa para o máximo de valores possíveis encontrados.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7A64-571C-A2FA-E727

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LETICIA MARIANNE RODRIGUES SILVA (CPF 078.XXX.XXX-82) em 21/10/2026 10:43:03 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



POLLYANE COSTA SIQUEIRA (CPF 012.XXX.XXX-48) em 21/10/2026 14:21:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/7A64-571C-A2FA-E727>